



ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
Boletim Geral da Secretaria de Defesa Social

Ano XI - Recife, sábado, 08 de junho de 2024 - Nº 107

SECRETÁRIO: Alessandro Carvalho Liberato de Mattos

JUNTOS PELA SEGURANÇA: 1ª CÂMARA DE ARTICULAÇÃO REGIONAL ACONTECEU EM CARUARU

Participantes refletiram sobre as melhores estratégias de atuação futura na região

Na tarde desta terça-feira (04), Caruaru foi palco pela 1ª vez da Câmara de Articulação Regional, tratando de dados específicos da Região, incluindo, também, outros municípios do Agreste do Estado. A reunião acontece quinzenalmente e conta com a presença das Forças de Segurança Pública, da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), da Secretaria de Administração Prisional, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e da Defensoria Pública do Estado.



Em pauta, foi realizado o acompanhamento dos dados de segurança dos municípios, planejamento e execução para a redução da violência na Região. Sendo debatidas, ainda, as ações já realizadas para a redução da criminalidade, com o objetivo de reforçar as decisões e atuar para intensificá-las. "Na tarde de hoje, pudemos estar com Promotores, Juizes criminais e Defensores Públicos que atuam na Área Integrada de Segurança 14, que engloba Caruaru e mais 11 municípios, onde nos permitiu trocar ideias sobre números e ações que envolvem todas instituições presentes, na concepção criminal", pontuou o secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho.

Durante a reunião, alguns números foram apresentados pelo secretário de Defesa Social do Estado, e outros pelo representante da Seplag, para que juntos possam refletir sobre as melhores estratégias de atuação futura na Região. Neste ano, Caruaru contabiliza 116 Mortes Violentas Intencionais (MVIs), o que representa uma redução de 8,6% em relação a 2023.

Bezerras segue a mesma linha, com redução de 8% em relação ao ano passado, totalizando 23 MVIs este ano. Já o município de Bonito, após um trimestre com 8 MVIs, está desde março deste ano sem registros de homicídios.



Este 1º encontro, além de gerar uma maior integração, visa trazer mais resultados a partir de ações futuras, além das que já estão sendo realizadas. "É uma oportunidade ímpar trazer, pela 1ª vez, a Câmara de Articulação do Juntos Pela Segurança para a cidade de Caruaru, para discutirmos as questões da violência da nossa região.

E pelo resultado de hoje, outras reuniões serão realizadas e outros municípios contemplados", declarou o representante do TJPE, o desembargador Mauro Alencar de Barros

FOTOS: Geninha Nunes - Cicom/SDS

(Fonte: Gerência Geral do Centro Integrado de Comunicação/SDS).

PRIMEIRA PARTE

Transcrições de Interesse da Secretaria de Defesa Social

1 - TRANSCRIÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL Nº 107 DE 08 DE JUNHO DE 2024

1.1 - Governo do Estado:

Sem alteração

1.2 - Secretaria de Administração:

PORTARIA SAD Nº 1.855 DO DIA 07 DE JUNHO DE 2024

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições institucionais conferidas pela Lei nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, de desempenhar o papel de órgão disciplinador dos Sistemas de Compras, Licitações e Contratos, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 32 do Decreto nº 53.384, de 22 de agosto de 2022, que estabelece que os termos de referência e demais documentos técnicos da fase preparatória deverão ser elaborados com observância obrigatória dos modelos padronizados pela Secretaria de Administração, sempre que houver, **CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de proporcionar maior controle e uniformização das contratações públicas e reduzir o tempo de processamento dos certames, obtendo ganhos de eficiência nos resultados e redução dos custos administrativos, **RESOLVE**:

Art. 1º Aprovar e disponibilizar as seguintes minutas padronizadas:

I - modelo de termo de referência padrão de medicamentos com entrega imediata, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - modelo de termo de referência padrão de medicamentos com entrega futura ou continuada, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º Os instrumentos padronizados devem ser adotados obrigatoriamente pelos órgãos da Administração Direta, fundos especiais, fundações e autarquias do Poder Executivo Estadual, nos termos do art. 1º do Decreto nº 53.384, de 22 de agosto de 2022.

§ 2º O conteúdo das minutas e modelos de documentos padronizados é passível de alterações em vista das peculiaridades das contratações dos órgãos ou entidades processantes e das condições que lhes são próprias.

Art. 2º As minutas dos documentos padronizados relacionados nesta Portaria, bem como quaisquer modificações ulteriores, serão publicadas e disponibilizadas para download no sítio eletrônico da Secretaria de Administração (www.sad.pe.gov.br), podendo ser revisadas a qualquer tempo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA MARAÍZA DE SOUSA SILVA
Secretária de Administração

PORTARIA SAD Nº 1.856 DO DIA 07 DE JUNHO DE 2024.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto nos art. 4º, 10, 11, 12 e 27 do Decreto nº 56.725, de 5 de junho de 2024, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento no âmbito do Poder Executivo Estadual, **RESOLVE**:

Art. 1º Disciplinar que a operacionalização da averbação de consignações em folha de pagamento, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, obedecerá ao disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. Para a operacionalização das consignações facultativas em folha de pagamento, as consignatárias deverão submeter-se a processo de credenciamento junto à Secretaria de Administração, cujas regras serão definidas em edital de chamamento público elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º Em qualquer circunstância, a responsabilidade do Poder Executivo Estadual em relação aos valores consignados restringe-se à retenção do respectivo valor autorizado pelo servidor, militar, empregado ou pensionista e repasse à entidade consignatária acordante, não cabendo ao Estado responsabilidade solidária pelos débitos contratados pelo consignado.

§ 1º O Poder Executivo Estadual não possui ingerência sobre eventuais contratações e operações não amparadas pelo Decreto nº 56.725, de 2024.

§ 2º Eventuais necessidades de acertos de valores sobre consignações pagas ou contratadas deverão ser objeto de ajuste entre o contratante e a entidade consignatária acordante.

CAPÍTULO I **DAS DEFINIÇÕES GERAIS**

Art. 3º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - consignado: servidor público ativo ou aposentado, militar do Estado da ativa, da reserva remunerada ou reformado, empregado público e pensionista do Poder Executivo Estadual que possui desconto(s) consignado(s) em folha de pagamento;

II - consignante: Poder Executivo Estadual, ao qual compete proceder aos descontos relativos às consignações compulsórias e facultativas na folha de pagamento do consignado em favor da consignatária;

III - consignatária: destinatária dos créditos resultantes das consignações compulsórias e facultativas;
IV – consignação: desconto incidente sobre a remuneração ou proventos do consignado, efetuado mediante sua autorização, prévia e formal, e anuência da Administração;
V - contratada: empresa responsável por prestar o serviço de administração da margem consignável do consignado e disponibilização de sistema informatizado para controle de consignações facultativas;
VI - margem consignável: o valor máximo da renda mensal do consignado que pode ser comprometida por consignação em folha de pagamento, apurada na forma do art. 5º do Decreto nº 56.725, de 2024;
VII – PEConsig: sistema eletrônico de consignações facultativas, que funcionará no Portal do Servidor, cujo acesso se dará por meio de senha individual e intransferível e cadastrada diretamente pelo consignado;
VIII - averbação de contrato: arquivo magnético enviado pela entidade consignatária acordante à contratada, para inclusão automática da contratação da consignação no Sistema de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Estadual, quando atendidos os requisitos da legislação vigente e existir margem consignável;
IX - reserva de margem consignável: indica a reserva da margem consignável à uma operação de crédito, nos casos de empréstimos ou financiamentos, e indica a contratação de cartão de crédito consignado ou de cartão de benefício consignado;
X - repasse: transferência financeira do Poder Executivo Estadual para a entidade consignatária acordante em razão das consignações processadas mensalmente; e
XI - Termo de Autorização para Acesso a Dados: formulário padrão, que deve ser preenchido pela instituição consignatária acordante e assinado pelo consignado ou seu representante legal, para autorizar a consulta aos dados de elegibilidade e margem consignável, conforme Anexo Único, observados os limites legais estabelecidos pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

CAPÍTULO II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES

Seção I

Da Averbação

Art. 4º Atendidos os requisitos da legislação vigente e havendo margem consignável disponível, a averbação do desconto relativo à consignação é efetivada por arquivo magnético encaminhado diretamente pela instituição consignatária acordante à contratada.

Art. 5º A averbação da consignação facultativa contratada ocorrerá desde que:

I - a operação seja realizada com a própria entidade consignatária acordante ou, em se tratando de instituição financeira, por meio do correspondente bancário a ela vinculado, na forma da Resolução CMN nº 4.935, de 29 de julho de 2021, sendo, a primeira, responsável pelos atos praticados em seu nome;

II - a autorização da consignação seja dada de forma expressa, assinada, não sendo aceita autorização dada por ligação telefônica e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova da ocorrência; e

III – o consignado possua margem consignável disponível para realização da operação.

Parágrafo único. É vedada a averbação de consignação de operação diversa daquela autorizada para a rubrica específica de desconto concedido, bem como a negociação de operações casadas.

Art. 6º Para a averbação de consignação facultativa, deverão ser observados ainda os seguintes procedimentos:

I – para as amortizações de empréstimos em geral ou para financiamentos concedidos para fins de aquisição de imóvel próprio:

a) acesso ao PEConsig, para realização de simulação da operação através do preenchimento do número de parcelas desejadas, bem como do montante total a ser liberado ou do valor mensal a ser descontado;

b) seleção da entidade consignatária e confirmação da reserva de margem, que terá validade de três dias úteis, sendo automaticamente cancelada após esse período; e

c) comparecimento a uma unidade ou posto de atendimento, inclusive eletrônico ou em ambiente virtual oficial, da entidade consignatária escolhida, para a celebração do contrato, visando à efetivação da averbação do desconto;

II – para as demais espécies de consignação:

a) acesso PEConsig, para consulta da disponibilidade de margem; e

b) comparecimento a uma unidade ou posto de atendimento, inclusive eletrônico ou em ambiente virtual oficial, da entidade consignatária escolhida, para a celebração do contrato ou autorização da consignação, visando à efetivação da averbação do desconto.

Art. 7º A averbação só será efetuada quando a margem consignável do consignado não ultrapassar os limites estabelecidos no art. 5º do Decreto nº 56.725, de 2024.

Art. 8º O montante a ser percebido pelo consignado a título de empréstimo ou financiamento será depositado pela consignatária:

I - na conta corrente constante do seu cadastro para pagamento da remuneração mensal do consignado; ou

II – em conta corrente ou poupança de titularidade do consignado e por ele expressamente designada, vetado o depósito em conta corrente de titularidade conjunta.

Parágrafo único. Observado o disposto no *caput*, todas as condições apresentadas na simulação realizada no PEConsig deverão ser estritamente observadas quando da celebração do contrato, sendo vedada a imposição de condições adicionais ou divergentes, não informadas no momento da simulação, para sua devida formalização.

Art. 9º O desconto na remuneração ou proventos do consignado ocorrerá no mês corrente ao do envio da informação de averbação pela consignatária ao PEConsig, quando encaminhada entre os dias 1º e 4º de cada mês. Nos demais casos, o desconto será efetuado no mês subsequente.

Parágrafo único. O repasse mensal em favor das consignatárias será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do desconto da consignação, em conta indicada pela consignatária e, obrigatoriamente, de sua titularidade.

Seção II

Da Reserva de Margem Consignável e das Operações com Cartão de Crédito Consignado e Cartão de Benefício Consignado

Art. 10. A entidade consignatária que, através de credenciamento, opere com consignações em folha de pagamento, poderá proceder com a reserva de margem correspondente ao valor mensal contratado, mediante autorização prévia e expressa do consignado.

Art. 11. No caso de cartão de crédito consignado ou de cartão de benefício consignado, deverão ser observados os seguintes critérios pela consignatária:

I – a constituição de reserva de margem está condicionada à autorização formal firmada pelo consignado;

II – a consignatária deverá dedicar o valor total da reserva da margem para o desconto das faturas mensais, mesmo quando a reserva seja superior ao valor mínimo de pagamento referente à fatura;

III – quando o respectivo produto consignado for cancelado, a reserva de margem deverá ser suspensa em até 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 17 do Decreto nº 56.725, de 2024;

IV – o limite máximo concedido no cartão para pagamento de despesas contraídas com a finalidade de compras e saque é de 20 (vinte) vezes o valor da margem reservada para o respectivo serviço;

V – o valor disponível para saque é de até 70% (setenta por cento) do limite do cartão;

VI – a entrega do cartão, em meio físico, deverá ser feita ao consignado; e

VII – a consignatária deverá enviar, mensalmente, fatura em meio físico ou eletrônico, respeitada a opção do titular do cartão, com informações essenciais mínimas em destaque, descrição detalhada das operações realizadas, na qual conste o valor de cada operação e, sendo o caso, a quantidade de parcelas, o local onde foram efetivadas, bem como o número de telefone e o endereço para a solução de dúvidas.

Art. 12. No cartão de crédito consignado e no cartão de benefício creditício consignado, a liquidação do saldo da fatura:

I – dos saques, será em parcelas mensais de mesmo valor, limitado ao número de prestações, conforme previsto no art. 18 inciso II, e no momento da contratação, obrigatoriamente, seja dada plena ciência dos prazos, taxas de juros e valores, sendo vedado o crédito rotativo; e

II – das compras, quando não realizada integralmente no vencimento da fatura, em parcelas mensais de mesmo valor, limitada ao número de prestações previsto no art. 18 Inciso II sendo vedado o crédito rotativo.

§1º Nos casos do uso de saque, o valor deverá ser obrigatoriamente concedido integralmente, sem descontos, salvo nos casos de refinanciamento e repactuação do próprio cartão, ou compensação de outras dívidas com a própria instituição consignatária emissora do referido cartão.

§ 2º A compensação de outras dívidas de que trata o § 1º não poderá ter taxa superior ao da dívida já firmada, sendo vedada tal compensação com dívida oriunda de serviço de crédito diverso daquele contratado pelo consignado.

CAPÍTULO III

DO CANCELAMENTO DE CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS

Art. 13. O cancelamento das consignações facultativas será efetuado:

I - a pedido do consignado junto à consignatária, à unidade setorial de recursos humanos do seu órgão de origem, quando se tratar da consignação elencada no inciso X do art. 4º Decreto nº 56.725, de 2024;

II - a pedido do consignado à consignatária, quando se tratar das demais contribuições ou prêmios mensais;

III - a pedido do consignado, com anuência da entidade consignatária, no caso de compromisso pecuniário assumido e usufruído;

IV - a pedido da entidade consignatária, mediante solicitação formal e justificada;

V - quando ocorrer ação danosa aos interesses do consignado, praticada pela consignatária ou terceiro a ela vinculado ou não;

VI - pelo consignante, a qualquer tempo, quando comprovado que a consignatária não atende às exigências legais;

VII - por força de lei ou decisão judicial; e

VIII - em razão de liquidação integral dos débitos do contrato que originou a consignação.

Art. 14. Nos casos a que se refere o inciso I do art. 13, o consignado poderá optar em dirigir-se diretamente ao Sindicato ou Associação representativa de classe à qual é filiado, a uma das unidades de atendimento do PEConsig, ou à unidade setorial de recursos humanos do seu órgão de origem, munido de documento oficial com foto, a fim de assinar requerimento específico de cancelamento da consignação.

§ 1º No caso de solicitação por intermédio de procurador, além do documento oficial com foto, deverá ser apresentado instrumento de mandato público ou particular atual, com poderes específicos para solicitar o cancelamento da respectiva consignação.

§ 2º As solicitações de cancelamento deverão ser protocoladas pelo consignado, ou seu representante legal, até o dia 20 de cada mês, a fim de serem processadas na folha de pagamento do mês subsequente.

§ 3º Após realizar o cancelamento da consignação no PEConsig, a Unidade Central de Recursos Humanos de cada órgão ou entidade responsável pelo cancelamento comunicará o fato à entidade consignatária respectiva, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao protocolo do requerimento.

§ 4º No caso da impossibilidade de atendimento nos locais indicados no *caput*, o requerimento poderá ser dirigido à Secretaria de Administração.

CAPÍTULO IV

DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E DA PORTABILIDADE DOS DÉBITOS

Art. 15. A consignatária deverá, quando solicitada pelo consignado, informar no sistema de controle operacional e gerencial efetivo e automático das operações relativas às consignações facultativas em folha de pagamento, o saldo devedor discriminado atualizado da operação em até 2 (dois) dias úteis, para fins de consulta, liquidação antecipada ou compra de dívida por outra consignatária, com validade de 3(três) dias úteis.

Art. 16. No caso do consignado optar pela realização junto à outra entidade de operação de compra de dívida, a consignatária compradora do débito, após autorização do consignado interessado através da digitação pessoal da sua senha do sistema eletrônico de consignações, deverá emitir solicitação de compra e venda à consignatária que terá seu contrato comprado.

Art. 17. A entidade compradora do débito deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis a partir da data da solicitação de que trata o artigo anterior, efetuar o pagamento do saldo devedor do contrato a ser adquirido, bem como registrar no sistema que efetuou a sua quitação.

§ 1º Ocorrendo a liquidação antecipada diretamente pelo servidor ou a quitação do saldo devedor pela entidade compradora, a consignatária deverá liberar a margem consignável correspondente a essa operação diretamente no sistema de controle de consignações facultativas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis do seu pagamento.

§ 2º A portabilidade entre instituições financeiras deverá observar as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional.

CAPÍTULO V

DOS PRAZOS E CUSTOS EFETIVOS TOTAIS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 18. As consignações facultativas em folha de pagamento obedecerão aos seguintes prazos máximos de desconto:

I – 120 (cento e vinte) meses, no caso de amortização de empréstimos em geral; e

II – 48 (quarenta e oito) meses, no caso de despesas realizadas mediante cartões de crédito e cartões de benefício consignados com desconto mínimo em folha de pagamento.

Art. 19. O Custo Efetivo Total (CET) mensal referente às consignações facultativas de amortização de empréstimos em geral fica limitado a 2,9% (dois vírgula nove por cento) do valor correspondente ao empréstimo efetivamente realizado pelo servidor.

Parágrafo único. O Custo Efetivo Total (CET) deve incluir todos os encargos e despesas das operações, englobando taxa de juros, tarifas, tributos, seguros e outras despesas inclusas, devendo ser informado antes da efetiva contratação da operação de crédito e a qualquer tempo, a pedido do consignado, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

Art. 20. O Custo Efetivo Total (CET) mensal referente às consignações facultativas de amortização de despesas realizadas mediante cartões de crédito ou de cartão de benefícios consignados fica limitada a:

I – 2,9% (dois vírgula nove por cento), para o serviço de saque parcelado; e

II – 4,5% (quatro vírgula cinco por cento), para os demais serviços.

Art. 21. Nas consignações de que tratam os artigos 19 e 20, não poderá haver a cobrança de Taxa de Abertura de Crédito - TAC, e quaisquer outras taxas administrativas, inclusive de manutenção, anuidade ou emissão de cartão, podendo o servidor contratar no máximo 02 (dois) cartões, de crédito e de benefício, e realizar saques até o limite da reserva de margem realizada, observados os critérios estabelecidos nos artigos 11 e 12 desta Portaria.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES DAS CONSIGNATÁRIAS

Art. 22. As consignatárias que operam os serviços previstos nos incisos III, IV, VI, VII, VIII e IX do art. 4º do Decreto nº 56.725, de 2024, deverão ressarcir, ao Poder Executivo Estadual, os custos com o processamento de dados necessários à operacionalização das consignações, mediante a retenção mensal de 1% (um por cento) do valor de cada parcela descontada dos consignados.

Art. 23. Quando da realização de credenciamento, as consignatárias deverão recolher contrapartida financeira ao Poder Executivo Estadual, nos seguintes casos e valores:

I – R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), quando do credenciamento das entidades de que trata o inciso V do art. 9º do Decreto nº 56.725, de 2024, para consignação de amortização de empréstimos em geral ou financiamentos concedidos para fins de aquisição de imóvel próprio;

II – R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), quando do credenciamento das entidades de que trata o inciso VI do art. 9º Decreto nº 56.725, de 2024, para consignação de amortização de empréstimos em geral; e

III – R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), quando do credenciamento das entidades de que trata o inciso V e VII do art. 9º do Decreto nº 56.725, de 2024, para consignação de amortização de despesas realizadas mediante cartões de crédito ou de cartão de benefícios consignados.

Art. 24. É devido o pagamento pelas linhas processadas, de incidência mensal, à contratada a que se refere o inciso VI, art. 2º do Decreto nº 56.725, de 2024, no caso das consignações para amortização de empréstimos em geral ou financiamentos concedidos para fins de aquisição de imóvel próprio, bem como para consignação de amortização de despesas realizadas mediante cartões de crédito ou de cartão de benefícios consignados.

Art. 25. As consignatárias que operem as consignações previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 4º do Decreto nº 56.725, de 2024, deverão apoiar o Poder Executivo nas iniciativas desenvolvidas no âmbito dos programas de gestão de pessoas da Secretaria de Administração, cujos termos serão pactuados entre as partes.

Art. 26. As obrigações a que se referem os artigos 23 e 24 não se aplicam às consignatárias que operem cartões de benefícios consignados exclusivamente para aquisição de bens e serviços, excluídos os de natureza creditícia.

Art. 27. Os valores previstos nos artigos 22, 23 e 24 serão classificados como recursos diretamente arrecadados pela Secretaria de Administração.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Permanecerão válidos, até o término de suas respectivas vigências, os termos de compromisso relativos a serviços de empréstimos consignados, cartões de crédito consignado e cartões de benefícios consignados em vigor na data de publicação do edital de chamamento público a que se refere artigo 10 do Decreto nº 56.725, de 2024.

§ 1º Os valores pagos a título de contrapartida financeira à Secretaria de Administração, quando da celebração dos termos de compromisso a que se refere o *caput*, poderão ser aproveitados, de acordo com o saldo proporcional remanescente, para efeitos de novo credenciamento por meio de edital de chamamento público.

§ 2º A quitação de pendências anteriores a esta portaria será condição para o novo credenciamento e deverá ser realizada com os valores de referência da época, convalidando o período em aberto.

§ 3º As consignatárias de cartão de crédito e cartão de benefícios que não se credenciarem terão seus respectivos contratos liquidados no PEConsig no prazo de 6 meses a contar da publicação do edital de chamamento público.

§ 4º As operações vigentes na data de publicação desta portaria manterão as condições originalmente contratadas.

Art. 29. Os consignados que possuam consignações com operações de cartão de crédito e cartão de benefício cujo limite ultrapasse o definido no inciso II do art. 5º do Decreto nº 56.725, de 2024, utilizarão transitoriamente, para essas consignações, adicionalmente, a margem a que se refere o inciso I do art. 5º deste decreto, até a adequação aos novos limites estabelecidos.

Parágrafo único. Até a adequação ao limite a que se refere o *caput*, os consignados não poderão realizar novas consignações para os servidores de cartão de crédito e cartão de benefício.

Art. 30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as Portarias SAD nº 622, de 27/04/2012; nº 1.955, de 03/10/2012; nº 688, de 22/05/2013; nº 775, de 29/03/2016; nº 2.481, de 28/08/2015; nº 2.523, de 20/09/2016; nº 3.755, de 22/12/2017; e nº 2.003, de 28/07/2016.

ANA MARAÍZA DE SOUSA SILVA
Secretária de Administração

ANEXO ÚNICO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A DADOS

Eu, (NOME COMPLETO), CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, para apoiar a contratação/simulação de consignação em folha de pagamento, a fim de subsidiar a proposta de averbação da Consignatária Acordante, autorizo o Poder Executivo do Estado de Pernambuco a disponibilizar as seguintes informações:

I - do servidor, militar ou empregado público:

- a) nº CPF;
- b) data de nascimento;
- c) nome;
- d) matrícula; e
- e) cargo ou emprego ocupado.

II - do representante legal do servidor:

- a) nº CPF;
- b) nome; e

c) data fim;

III - margem disponível para o serviço.

Este termo autoriza esta instituição acordante a consultar as informações acima descritas pelo período de 30 (trinta) dias, e qualquer utilização deste, para outros fins, incorrerá nas sanções previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Este pedido será efetuado pela instituição consignatária acordante em até 45 (quarenta e cinco) dias, após a assinatura deste instrumento.

Local: _____/____/____, Data: ____/____/____

DESPACHOS HOMOLOGATÓRIOS DO DIA 07 DE JUNHO DE 2024.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO, com fundamento no artigo 1º, alínea “c”, item 1, 1.11, da Portaria SAD nº 1000, de 16/04/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 17/04/2014, **RESOLVE**:

Nº 186-1) Homologar, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900037268.004711/2023-17 (43123063) devidamente publicada no Anexo Aditamento ao Boletim Interno DIP nº 125, de 10/11/2023 (43204253), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex-militar **GILSON LOPES DE VASCONCELOS NOGUEIRA**, 1º Sgt PM Ref., matrícula nº 30942-7, ocorrida em 31/08/2023; e

2) Autorizar, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização em cotas-partes iguais, **na fração de 1/3 (um terço)**, para as dependentes habilitadas do referido militar: **INGRID STEFANNE MELLO LOPES**, **STEFANNE LORRANY NOGUEIRA VASCONCELOS** e **JULIANA PEREIRA DE SOUZA VASCONCELO**, respectivamente, filhas e viúva.

Nº 187-1) Homologar, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900000562.000057/2024-19 (46963925) devidamente publicada no Aditamento ao Boletim Geral Eletrônico nº 108, de 29/05/2024 (51223863), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex- bombeiro militar **ANTÔNIO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, Capitão RR BM, matrícula nº 11.925-3, ocorrida em 19/01/2024; e

2) Autorizar, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização em cotas-partes iguais, **na fração de ½ (um meio)**, para as dependentes habilitadas do referido bombeiro militar: **GERALUCIA SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA** e **AZENEIDE FÉLIX DO NASCIMENTO**, respectivamente, viúva e credora de alimentos.

Nº 188-1) Homologar, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900037268.006074/2023-13 (50499440) devidamente publicada no Aditamento ao Boletim Interno DIP nº 052, de 15/05/2024 (50518088), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex-militar **GENILTON SILVA DE ARRUDA**, 1º Sgt RRPM, matrícula nº 29172-2, ocorrida em 13/11/2023; e

2) Autorizar, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização em cotas-partes iguais, **na fração de 1/2 (um meio)**, para os dependentes habilitados do referido militar: **JOSIVALDA CLÁUDIA DUARTE DE ARRUDA** e **ÍTALO VICENTE DUARTE DE ARRUDA**, respectivamente, viúva e filho.

Nº 189-1) Homologar, com amparo legal no artigo 2º, “caput” e § 1º, da Lei nº 15.025, de 20/06/2013, com redação dada pela Lei nº 15.121, de 08/10/2013, bem como no artigo 3º, inciso IV, alínea “a”, do Decreto nº 40.005, de 08/11/2013, o inteiro teor da decisão exarada no Processo SEI nº 3900037268.002192/2024-33 (50585739) devidamente publicada no Anexo Aditamento ao Boletim Interno DIP nº 053, de 17/05/2024 (50652300), acerca da concessão de indenização em decorrência de morte natural do ex-militar **JORGE NUNES DO AMARAL**, Cb RRPM, matrícula nº 7175-7, ocorrida em 07/05/2023; e

2) Autorizar, nos termos do artigo 5º, inciso II, §§ 1º e 3º, da Lei nº 15.025, de 2013, e da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 037, de 19/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de 20/02/2018, o pagamento da indenização em **cota-parte já resguardada**, conforme Despacho Homologatório nº 80, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco de 17/03/2024, **na fração de 1/2 (um meio)**, para a dependente habilitada do referido militar: **IRACEMA FERREIRA DO AMARAL**, credora de alimentos.

Luciana Oliveira Pires

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

(Transcrito do Diário Oficial do Estado nº 107, de 08JUN2024).

1.3 - Secretaria da Casa Civil:

Sem alteração

SEGUNDA PARTE

Publicações da Secretaria de Defesa Social e seus Órgãos Operativos

2 – SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

2.1 – Secretaria de Defesa Social:

Sem alteração

2.2 – Secretaria Executiva de Defesa Social:

Sem alteração

2.3 – Secretaria Executiva de Gestão Integrada:

Sem alteração

2.4 – Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil:

Sem alteração

2.5 - Corregedoria Geral SDS:

Sem alteração

2.6 – Gerência Geral de Polícia Científica:

Sem alteração

3 – ÓRGÃOS OPERATIVOS DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

3.1 - Polícia Militar de Pernambuco:

POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO PORTARIAS DO COMANDO GERAL

Nº 346/DGP-3, de 5 de junho de 2024. Transferência para a Reserva não Remunerada. O COMANDANTE GERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 101, inc. I, do Regulamento Geral da PMPE, aprovado por meio do Decreto nº 17.589, de 16 de junho de 1994, **resolve: 1 – TRANSFERIR** para a Reserva não Remunerada, a contar de 24MAI2024, com fundamento do art. 142, § 3º, II da Constituição Federal, c/c no art. 100, § 3º, da Constituição do Estado de Pernambuco, o Sd PM Mat. 123780-2/5º BPM – Sulenildo Nascimento da Silva, RG nº 61467/PMPE, filho de Delmário Francisco da Silva e de Lilian Vasconcelos do Nascimento, em virtude de ter tomado posse em cargo público civil permanente de Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; **2 – DETERMINAR** que o Comandante do 5º BPM, em consequência, adote as medidas previstas na Portaria do CG nº 578/2002, publicada no SUNOR nº 021/2002; bem como instaure o Auto de Desligamento, conforme as Portarias do CG nº 460/2021 e 461/2021, publicadas no SUNOR nº 047, de 20JUL2021; **3 – DETERMINAR** que a Diretoria de Gestão de Pessoas adote as providências decorrentes na esfera de suas atribuições. Coronel **QOPM IVANILDO CESAR TORRES DE MEDEIROS**, Comandante-Geral da PMPE (SEI: 51483950).

Nº 347/DGP-3, de 6 de junho de 2024. Licenciamento "ex-officio". O COMANDANTE GERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 101, inc. I, do Regulamento Geral da PMPE, aprovado por meio do Decreto nº 17.589, de 16 de junho de 1994, **resolve: 1 – LICENCIAR** "ex-officio", a contar de 27MAI2024, em cumprimento ao previsto no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal vigente, que veda o acúmulo remunerado de cargos públicos, e art. 110 da Lei nº 6.783/74, a Sd PM Mat. 123853-1/9º BPM – Lariza Rayane Silva dos Santos, RG nº 61540 PMPE, filha de Eronaldo Vicente dos Santos e de Gilvaneide Silva dos Santos, em decorrência de Decisão Liminar, proferida nos autos do Processo Judicial nº 0028413-83.2023.8.17.2001, por ter concluído o Curso de Formação de Praças da Polícia Militar de Alagoas – CFP 2023, conforme publicação no Boletim Geral da Polícia Militar de Alagoas nº 098, de 27 de maio de 2024, constante no anexo 51148585; **2 – DETERMINAR** que o Comandante do 9º BPM, em consequência, adote as medidas previstas na Portaria do CG nº 578/2002, publicada no SUNOR nº 021/2002; bem como instaure o Auto de Desligamento, conforme as Portarias do CG nº 460/2021 e 461/2021, publicadas no SUNOR nº 047, de 20JUL2021; **3 – DETERMINAR** que a Diretoria de Gestão de Pessoas adote as providências decorrentes na esfera de suas atribuições. Coronel **QOPM IVANILDO CESAR TORRES DE MEDEIROS**, Comandante-Geral da PMPE (SEI: 51553170).

Nº 348/DGP-3, de 6 de junho de 2024. Licenciamento a Pedido. O COMANDANTE GERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 101, inc. I, do Regulamento Geral da PMPE, aprovado por meio do Decreto nº 17.589, de 16 de junho de 1994, **resolve: 1 – LICENCIAR** a Pedido do serviço ativo da PMPE, a contar da data da publicação, com fulcro no art. 109, inc. I, da Lei nº 6.783, de 16 de outubro de 1974, o Sd PM Mat. 125448-0/7º BPM – Fábio Henrique da Silva, RG nº 62190 PMPE, filho de Josefa Maria da Conceição, em atendimento ao contido no requerimento impulsionador 51480407; **2 – DETERMINAR** que o Comandante do 7º BPM, em consequência, adote as medidas previstas na Portaria do CG nº 578/2002, publicada no SUNOR nº 021/2002; bem como instaure o Auto de Desligamento, conforme as Portarias do CG nº 460/2021 e 461/2021, publicadas no SUNOR nº 047, de 20JUL2021; **3 - DETERMINAR** que a Diretoria de Gestão de Pessoas adote as providências decorrentes na esfera de suas atribuições. Coronel **QOPM IVANILDO CESAR TORRES DE MEDEIROS**, Comandante-Geral da PMPE (SEI: 51556433).

Nº 350/DGP-4, de 6 de junho de 2024. Desligamento do Serviço Ativo. O COMANDANTE GERAL, com base no art. 101, inc. III, do Regulamento Geral da PMPE, **resolve DESLIGAR** do serviço ativo da PMPE, após a percepção de dois meses consecutivos da remuneração do novo posto decorrente da **PROMOÇÃO REQUERIDA**, nos termos do art. 85, inc. I c/c art. 90, inc. XIV da Lei nº 6.783/74 - Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco, a contar de 05 de junho de 2024, o 2º Tenente PM Mat. 980304-1 Emerson de Araújo Sobral. Coronel **QOPM IVANILDO CESAR TORRES DE MEDEIROS**, Comandante-Geral da PMPE (SEI: 51558059).

Nº 351/DGP-4, de 6 de junho de 2024. Desligamento do Serviço Ativo. O COMANDANTE GERAL, com base no art. 101, inc. III, do Regulamento Geral da PMPE, **resolve DESLIGAR** do serviço ativo da PMPE, após a percepção de dois meses consecutivos da Parcela Complementar de Nível Hierárquico - PCNH, nos termos do art. 85, inc II c/c art. 90, inc. XV da Lei nº 6.783/74 - Estatuto dos Militares do Estado de Pernambuco, a contar de 05 de junho de 2024, o Coronel PM Mat. 980084-0 Sérgio José Siqueira de Araújo. Coronel **QOPM IVANILDO CESAR TORRES DE MEDEIROS**, Comandante-Geral da PMPE (SEI: 51558140).

(Transcrito do Diário Oficial do Estado nº 107, de 08JUN2024).

3.2 - Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 42 / 2024 - CBMPE - DGP - DA, DE 06 DE JUNHO DE 2024. EMENTA: DESLIGA DO SERVIÇO ATIVO DO CBMPE. O Comandante Geral, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 10 da Lei nº 15.187, de 12 de dezembro de 2013, **RESOLVE:** Art. 1º Desligar do serviço ativo do CBMPE, a contar de 08 de junho de 2024, após a percepção de dois meses consecutivos da remuneração da nova graduação decorrente da Promoção Requerida, nos termos do Art. 85, inc. I c/c Art. 90, inc. XIV da Lei nº 6.783/74, o Subtenente BM, Mat. 940329-9, MÁRCIO TORRES DE **FRANÇA**; e Art. 2º Determinar a DGP e DIP que adotem as providências subseqüentes. LUCIANO Alves Bezerra da Fonsêca - Cel BM - Comandante-Geral

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 41 / 2024 - CBMPE - DGP - DA, DE 06 DE JUNHO DE 2024. EMENTA: DESLIGA DO SERVIÇO ATIVO DO CBMPE. O Comandante Geral, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 10 da Lei nº 15.187, de 12 de dezembro de 2013, **RESOLVE:** Art. 1º Desligar do serviço ativo do CBMPE, a contar de 09 de junho de 2024, após a percepção de dois meses consecutivos da remuneração da nova graduação decorrente da Promoção Requerida, nos termos do Art. 85, inc. I c/c Art. 90, inc. XIV da Lei nº 6.783/74, o Subtenente BM, Mat. 940476-7, LUCIANO FERREIRA **AMORIM**; e Art. 2º Determinar a DGP e DIP que adotem as providências subseqüentes. LUCIANO Alves Bezerra da Fonsêca - Cel BM - Comandante-Geral

(Transcrito do Diário Oficial do Estado nº 107, de 08JUN2024).

3.3 - Policia Civil de Pernambuco:

Sem alteração

TERCEIRA PARTE

Assuntos Gerais

4 – Repartições Estaduais:

Sem alteração para SDS

5 – Licitações e Contratos:

POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO

DCC/DEAJA-Rerratificação

Rerratifico o TC nº 006/2024, Proc. 327. 2023.AC-15.PE.282. SAD.PMPE. Objeto: limpeza em ambiente escolar, CPM-Anexo1. Empresa: Lar Terceirização 38.488.124/0001-30. Valor: R\$ 126.889,98. Período: 30/05/24 a 29/05/25, publicado no DOE nº 103 de 04/06/24.

Onde se lê: TC nº 006/2024-DCC-PMPE.

leia-se: TC nº 007/2024-DCC-PMPE.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA – 1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO Nº 0339.2024.AC-39.PE.0084.SAD.DAG-SDS**

Objeto: Prestação de serviços **continuados de gerenciamento e controle de fornecimento de combustível aeronáutico (gasolina de aviação - AVGAS e querosene de aviação - QAV) com pagamento por meio de cartão microprocessado (com chip ou magnético) com implantação e operação de sistema informatizado e integrado, acessível via web**, em rede de postos credenciados, visando atender as necessidades do **GRUPAMENTO TÁTICO AÉREO - GTA**. Valor máximo estimado: R\$ 3.923.066,88 **(três milhões e novecentos e vinte e três mil e sessenta e seis reais e oito centavos)**. Entrega das propostas: até 26/06/2024, às 09h30. Início disputa: 26/06/2024, às 09h 45 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br. Informa-se que foram promovidas alterações no instrumento convocatório anteriormente disponibilizado no sistema PE-Integrado. Os licitantes que já cadastraram propostas no PE-Integrado poderão manter, modificar ou excluir as respectivas propostas enviadas até o prazo informado. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7795. Hugo Souza de Medeiros - AC-39.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº **51484996/2024** - GAB/ SD S; **OBJETO:** Aquisição eventual de **1.000 (mil) ROLOS DE LONA PLÁSTICA**; **VIGÊNCIA:** 01 (um) ano; **VALOR TOTAL:** R\$1.227.380,00; **COMPROMISSADA: ABSOLUTA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ nº 08.363.218/0001- 12; **ORIGEM: PROC. Nº 0460.2024.AC-63.PE.0186.SAD. SEPDEC**. Recife-PE, 07JUN2024. **CLÓVIS FERNANDES DIAS RAMALHO** – Secretário Executivo de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC/SDS. (*)

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

CONTRATO Nº **51266166/2024**-GAB/ SDS; **OBJETO:** Aquisição de **equipamentos operacionais para prestação de serviços de combate à incêndios, atendimento pré-hospitalar, salvamento aquático e salvamento terrestre**, visando atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco - CBMPE; **VIGÊNCIA:** 12 (doze meses); **VALOR: R\$105.000,00**; **EMPENHO: 2024NE000111**; **CONTRATADA: MATHEUS THIAGO LOCH DE LIMA**, CNPJ/MF nº **10.015.793/0001-76**; **ORIGEM: ARP nº 314/2023-CBMMG, PE nº 362/2023**. Recife- PE, 07JUN2024. **ENÉIAS FERREIRA LEITE DE OLIVEIRA**– Sec. Executivo de Gestão Integrada/SDS. (*)

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 017/2024 - GGACE/ SDS, celebrado entre o Estado de Pernambuco, representado pela SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL e o Município de Palmares, por intermédio da AMDESTRAN - Autarquia Municipal de defesa social, trânsito e transporte de Palmares – **OBJETO:** O intercâmbio a título gratuito de informações sobre dados criminais, socioeconômicos e acesso ao Alerta Celular e Bike, sem qualquer ônus aos contratantes. - **VIGÊNCIA:** indeterminado. Recife, 07 JUN2024. **ENÉIAS FERREIRA LEITE DE OLIVEIRA** – Sec. Executivo de Gestão Integrada - SDS. (*)

(Transcrito do Diário Oficial do Estado nº 107, de 08JUN2024).

**QUARTA PARTE
Justiça e Disciplina**

6 - Elogio:

Sem alteração

7 - Disciplina:

Sem alteração